

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2021

1.1 Balanço Orçamentário

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - 2021				
RECETA				
RECETAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECETAS REALIZADAS	SALDO
RECETAS CORRENTES	44.755.843,00	44.755.843,00	32.742.747,41	-12.013.095,59
Receita Patrimonial	456.894,00	456.894,00	2.525.055,59	2.068.161,59
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	192.129,00	192.129,00	203.493,29	11.364,29
Valores Mobiliários	264.765,00	264.765,00	2.321.562,30	2.056.797,30
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	43.487.289,00	43.487.289,00	24.842.738,68	-18.644.550,32
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	43.487.289,00	43.487.289,00	24.842.738,68	-18.644.550,32
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	811.660,00	811.660,00	5.374.953,14	4.563.293,14
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	785.912,00	785.912,00	5.363.056,95	4.577.144,95
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	25.748,00	25.748,00	11.896,19	-13.851,81
RECETAS DE CAPITAL	1.060.366.262,00	1.060.366.262,00	-	-1.060.366.262,00
Operações de Crédito	1.059.612.145,00	1.059.612.145,00	-	-1.059.612.145,00
Operações de Crédito Internas	1.059.612.145,00	1.059.612.145,00	-	-1.059.612.145,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Alienação de Bens	754.117,00	754.117,00	-	-754.117,00
Alienação de Bens Móveis	754.117,00	754.117,00	-	-754.117,00
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECETAS	1.105.122.105,00	1.105.122.105,00	32.742.747,41	-1.072.379.357,59
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.105.122.105,00	1.105.122.105,00	32.742.747,41	-1.072.379.357,59
DEFICIT	-	-	2.466.371.756,11	2.466.371.756,11
TOTAL	1.105.122.105,00	1.105.122.105,00	2.499.114.503,52	1.393.992.398,52
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	60.182.943,00	-	-60.182.943,00
Superavit Financeiro	-	35.657.885,00	-	-
Créditos Cancelados	-	24.525.058,00	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	2.513.234.605,00	2.559.470.778,00	2.483.615.302,54	2.441.544.076,71	2.283.513.587,38	75.855.475,46
Pessoal e Encargos Sociais	2.225.885.374,00	2.179.638.785,00	2.121.433.271,01	2.121.433.271,01	1.978.840.489,06	58.205.513,99
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	287.349.231,00	379.831.993,00	362.182.031,53	320.110.805,70	304.673.098,32	17.649.961,47
DESPESAS DE CAPITAL	2.168.312,00	16.115.082,00	15.499.200,98	575.567,75	575.567,75	615.881,02
Investimentos	2.168.312,00	16.115.082,00	15.499.200,98	575.567,75	575.567,75	615.881,02
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.515.402.917,00	2.575.585.860,00	2.499.114.503,52	2.442.119.644,46	2.284.089.155,13	76.471.356,48
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA /	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.515.402.917,00	2.575.585.860,00	2.499.114.503,52	2.442.119.644,46	2.284.089.155,13	76.471.356,48
TOTAL	2.515.402.917,00	2.575.585.860,00	2.499.114.503,52	2.442.119.644,46	2.284.089.155,13	76.471.356,48

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	10.995.984,08	49.897.952,73	34.521.790,36	34.521.790,36	17.383.090,37	8.989.056,08
Pessoal e Encargos Sociais	-	4.254.939,07	320.756,81	320.756,81	3.934.182,26	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	10.995.984,08	45.643.013,66	34.201.033,55	34.201.033,55	13.448.908,11	8.989.056,08
DESPESAS DE CAPITAL	17.844.277,08	36.923.963,95	51.912.843,15	51.117.195,66	280.853,68	3.370.191,69
Investimentos	17.844.277,08	36.923.963,95	51.912.843,15	51.117.195,66	280.853,68	3.370.191,69
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	28.840.261,16	86.821.916,68	86.434.633,51	85.638.986,02	17.663.944,05	12.359.247,77

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	156.001.356,93	156.000.287,11	1.069,82	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	136.807.547,63	136.807.198,64	348,99	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	19.193.809,30	19.193.088,47	720,83	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	3.712.698,71	3.712.698,71	-	-
Investimentos	-	3.712.698,71	3.712.698,71	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	159.714.055,64	159.712.985,82	1.069,82	-

Fonte: SIAFI

1.2 Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL - 2021							
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	%	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	%
ATIVO CIRCULANTE	227.762.202,94	141.180.609,05	61,33%	PASSIVO CIRCULANTE	408.613.191,01	286.500.281,22	42,62%
Caixa e Equivalentes de Caixa	193.942.604,90	116.304.430,11	66,75%	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	307.963.219,04	203.601.240,45	51,26%
Créditos a Curto Prazo	15.442.981,27	14.753.327,99	4,67%	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-	-
Demais Créditos e Valores	16.150.719,72	15.377.069,56	5,03%	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	1.102.774,46	8.973.923,72	-87,71%
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-707.738,45	-623.741,57	13,47%	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	15,08	730.000,00	-100,00%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-	-
Estoques	18.376.616,77	10.120.187,63	81,58%	Provisões a Curto Prazo	-	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	99.547.182,43	73.195.117,05	36,00%
VPDs Pagas Antecipadamente	-	2.663,32	-100,00%				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	660.796.901,18	704.990.544,05	-6,27%	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	380.423,40	395.687,49	-3,86%
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.849.488,86	1.882.137,93	-1,73%	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	271.632,79	286.896,88	-5,32%
Créditos a Longo Prazo	1.849.488,86	1.882.137,93	-1,73%	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-	-
Dívida Ativa Não Tributária	2.452.145,34	2.352.663,59	4,23%	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-	-
Demais Créditos e Valores	1.425.334,72	1.443.435,50	-1,25%	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-	-
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-2.027.991,20	-1.913.961,16	5,96%	Provisões a Longo Prazo	-	-	-
Investimentos	-	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	108.790,61	108.790,61	0,00%
Imobilizado	631.052.306,73	676.179.910,23	-6,67%	Resultado Diferido	-	-	-
Bens Móveis	274.673.645,91	295.911.642,96	-7,18%	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	408.993.614,41	286.895.968,71	42,56%
Bens Móveis	549.443.546,71	516.560.693,55	6,37%	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-274.769.900,80	-220.649.050,59	24,53%	ESPECIFICAÇÃO			
Bens Imóveis	356.378.660,82	380.268.267,27	-6,28%	Resultados Acumulados	479.565.489,71	559.275.184,39	-14,25%
Bens Imóveis	364.559.277,86	388.430.385,19	-6,15%	Resultado do Exercício	-101.029.485,41	106.528.567,38	-194,84%
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-8.180.617,04	-8.162.117,92	0,23%	Resultados de Exercícios Anteriores	559.275.184,39	443.447.493,89	26,12%
Intangível	27.895.105,59	26.928.495,89	3,59%	Ajustes de Exercícios Anteriores	21.319.790,73	9.299.123,12	129,27%
Softwares	27.895.105,59	26.928.495,89	3,59%	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	479.565.489,71	559.275.184,39	-14,25%
Softwares	36.071.668,81	34.533.708,44	4,45%	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	888.559.104,12	846.171.153,10	5,01%
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-8.176.563,22	-7.605.212,55	7,51%				
TOTAL DO ATIVO	888.559.104,12	846.171.153,10	5,01%				

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO FINANCEIRO	193.943.511,57	116.306.186,78	PASSIVO FINANCEIRO	228.226.540,34	276.130.161,44
ATIVO PERMANENTE	694.615.592,55	729.864.966,32	PASSIVO PERMANENTE	249.325.533,41	126.338.360,74
			SALDO PATRIMONIAL	411.007.030,37	443.702.630,92

QUADRO DE COMPENSAÇÕES							
ATIVO				PASSIVO			
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos	2021	2020	%	ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos	2021	2020	%
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	89.955.187,88	84.753.694,03	6,14%	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	178.426.269,55	221.742.141,65	-19,53%
Atos Potenciais Ativos	89.955.187,88	84.753.694,03	6,14%	Atos Potenciais Passivos	178.426.269,55	221.742.141,65	-19,53%
Garantias e Contragarantias Recebidas	15.432.422,62	12.964.770,04	19,03%	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	74.521.307,02	71.787.465,75	3,81%	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	1.961.097,82	1.961.097,82	0,00%
Direitos Contratuais	1.458,24	1.458,24	0,00%	Obrigações Contratuais	176.465.171,73	219.781.043,83	-19,71%
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-	-
TOTAL	89.955.187,88	84.753.694,03	6,14%	TOTAL	178.426.269,55	221.742.141,65	-19,53%

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERA VIT/DEFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-70.050.534,40
Recursos Vinculados	35.767.505,63
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-780.768,50
Dívida Pública	-45.344,44
Alienação de Bens e Direitos	2.708.441,90
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	33.885.176,67
TOTAL	-34.283.028,77

Fonte: SIAFI

1.3 Demonstrações das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - 2021			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	2021	2020	%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.819.546.020,68	2.897.644.876,39	-2,70%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-	
Contribuições	-	-	
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	25.224.711,11	1.329.201,20	1797,73%
Venda de Mercadorias	43.424,14	95.672,63	-54,61%
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	25.181.286,97	1.233.528,57	1941,40%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.402.185,21	459.914,77	422,31%
Juros e Encargos de Mora	24,27	316,10	-92,32%
Variações Monetárias e Cambiais	290,98	-	
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	2.401.869,96	459.598,67	422,60%
Transferências e Delegações Recebidas	2.712.949.645,97	2.763.955.714,81	-1,85%
Transferências Intragovernamentais	2.644.902.663,42	2.705.513.583,15	-2,24%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	68.046.982,55	58.442.131,66	16,43%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	69.263.597,43	125.473.422,89	-44,80%
Reavaliação de Ativos	6.078.303,19	6.035.581,21	0,71%
Ganhos com Alienação	-	-	
Ganhos com Incorporação de Ativos	7.564.152,74	74.381.856,21	-89,83%
Ganhos com Desincorporação de Passivos	55.621.141,50	45.055.985,47	23,45%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	9.705.880,96	6.426.622,72	51,03%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	13.946,25	160.015,91	
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	9.691.934,71	6.266.606,81	54,66%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.920.575.506,09	2.791.116.309,01	4,64%
Pessoal e Encargos	1.222.808.277,72	1.130.995.664,53	8,12%
Remuneração a Pessoal	963.580.375,14	873.507.652,47	10,31%
Encargos Patronais	184.298.662,93	182.483.074,43	0,99%
Benefícios a Pessoal	70.562.210,62	73.022.585,23	-3,37%
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	4.367.029,03	1.982.352,40	120,30%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1.265.246.437,94	1.270.293.345,04	-0,40%
Aposentadorias e Reformas	1.001.436.782,91	1.019.922.437,19	-1,81%
Pensões	243.935.470,84	229.630.595,41	6,23%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	19.874.184,19	20.740.312,44	-4,18%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	231.575.655,42	209.831.877,56	10,36%
Uso de Material de Consumo	7.980.738,99	6.450.380,44	23,73%
Serviços	165.254.870,22	161.531.038,47	2,31%
Depreciação, Amortização e Exaustão	58.340.046,21	41.850.458,65	39,40%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	265.704,75	120.138,69	121,17%
Juros e Encargos de Mora	254.999,57	110.711,54	130,33%
Variações Monetárias e Cambiais	10.705,18	5.606,23	90,95%
Descontos Financeiros Concedidos	-	3.820,92	-
Transferências e Delegações Concedidas	148.152.644,54	135.203.594,89	9,58%
Transferências Intragovernamentais	72.893.674,76	81.329.745,03	-10,37%
Transferências ao Exterior	673.255,31	9.354,66	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	74.585.714,47	53.864.495,20	38,47%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	50.907.345,23	42.741.795,09	19,10%
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	36.813.252,60	1.381.866,05	2564,02%
Perdas com Alienação	-	824.312,04	-
Perdas Involuntárias	33.109,73	44.926,03	-26,30%
Incorporação de Passivos	4.921.931,73	31.145.840,78	-84,20%
Desincorporação de Ativos	9.139.051,17	9.344.850,19	-2,20%
Tributárias	699.734,86	821.022,34	-14,77%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	189.045,73	167.427,35	12,91%
Contribuições	510.689,13	653.594,99	-21,86%
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	24.070,63	26.761,18	-10,05%
Custo das Mercadorias Vendidas	24.070,63	26.761,18	-10,05%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	895.635,00	1.082.109,69	-17,23%
Incentivos	462.079,94	411.366,13	12,33%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	433.555,06	670.743,56	-35,36%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-101.029.485,41	106.528.567,38	-194,84%

Fonte: SIAFI

1.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - 2021	2021	2020	%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	133.043.636,91	140.522.529,01	-5,32%
INGRESSOS	2.681.679.471,89	2.713.416.006,37	-1,17%
Receita Patrimonial	203.493,29	170.973,22	19,02%
Receita de Serviços	24.842.738,68	1.154.407,06	2051,99%
Remuneração das Disponibilidades	2.321.562,30	460.789,70	403,82%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	5.374.953,14	778.298,63	590,60%
Transferências Recebidas	-	-	-
Outros Ingressos Operacionais	2.648.936.724,48	2.710.851.537,76	-2,28%
Ingressos Extraorçamentários	1.637.085,67	2.894.784,18	-43,45%
Restituições a Pagar	158.275,92	35,80	442011,51%
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	228,28	291,00	-21,55%
Transferências Financeiras Recebidas	2.644.902.663,42	2.705.513.583,15	-2,24%
Arecadação de Outra Unidade	2.238.471,19	2.386.746,01	-6,21%
Demais Recebimentos	-	56.097,62	-100,00%
DESEMBOLSOS	-2.548.635.834,98	-2.572.893.477,36	-0,94%
Pessoal e Demais Despesas	-2.289.688.356,86	-2.307.983.970,38	-0,79%
Administração	-1.050.280.479,19	-1.084.507.420,88	-3,16%
Segurança Pública	-1.377.436,83	-	-
Previdência Social	-1.235.055.781,18	-1.220.218.536,42	1,22%
Saúde	-1.400,14	-567.645,02	-99,75%
Educação	-6.935,25	-1.229,20	464,21%
Direitos da Cidadania	-2.175.427,31	-1.679.563,25	29,52%
Comércio e Serviços	-737.195,14	-960.554,28	-23,25%
Encargos Especiais	-52.580,00	-49.948,00	5,27%
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-1.121,82	926,67	-221,06%
Transferências Concedidas	-184.348.429,81	-180.736.700,88	2,00%
Intergovernamentais	-	-	-
Intragovernamentais	-183.677.924,50	-180.727.676,22	1,63%
Outras Transferências Concedidas	-670.505,31	-9.024,66	7329,70%
Outros Desembolsos Operacionais	-74.599.048,31	-84.172.806,10	-11,37%
Dispêndios Extraorçamentários	-1.693.026,42	-2.843.061,07	-40,45%
Transferências Financeiras Concedidas	-72.893.674,76	-81.329.745,03	-10,37%
Demais Pagamentos	-12.347,13	-	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-55.405.462,12	-189.960.270,21	-70,83%
INGRESSOS	-	600.445,70	-100,00%
Alienação de Bens	-	600.445,70	-100,00%
DESEMBOLSOS	-55.405.462,12	-190.560.715,91	-70,93%
Aquisição de Ativo Não Circulante	-49.974.207,51	-170.730.075,56	-70,73%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-5.431.254,61	-19.830.640,35	-72,61%
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-	-
INGRESSOS	-	-	-
DESEMBOLSOS	-	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	77.638.174,79	-49.437.741,20	-257,04%
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	116.304.430,11	165.742.171,31	-29,83%
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	193.942.604,90	116.304.430,11	66,75%

Fonte: SIAFI

1.5 Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO - 2021							
INGRESSOS				DISPÊNDIOS			
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	%	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	%
Receitas Orçamentárias	32.742.747,41	3.164.914,31	934,55%	Despesas Orçamentárias	2.499.114.503,52	2.547.067.539,88	-1,88%
Ordinárias	-	-		Ordinárias	1.539.834.875,28	817.791.927,77	88,29%
Vinculadas	33.065.471,51	7.171.326,63	361,08%	Vinculadas	959.279.628,24	1.729.275.612,11	-44,53%
Previdência Social (RPPS)	-	-		Seguridade Social (Exceto Previdência)	475.917.758,53	14.313.751,00	3224,90%
Alienação de Bens e Direitos	-	601.705,70	-100,00%	Previdência Social (RPPS)	480.434.067,06	1.118.083.437,30	-57,03%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Recursos a Classificar	33.065.471,51	6.569.476,93	403,32%	Dívida Pública	-	593.240.425,12	-100,00%
	-	144,00	-100,00%	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	2.927.802,65	3.637.998,69	-19,52%
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-322.724,10	-4.006.412,32	-91,94%				
Transferências Financeiras Recebidas	2.644.902.663,42	2.705.513.583,15	-2,24%	Transferências Financeiras Concedidas	72.893.674,76	81.329.745,03	-10,37%
Resultantes da Execução Orçamentária	2.499.773.893,24	2.481.050.438,57	0,75%	Resultantes da Execução Orçamentária	60.809.302,42	60.878.942,09	-0,11%
Repasso Recebido	2.439.648.989,12	2.421.126.336,71	0,77%	Repasso Concedido	684.398,30	338.990,27	101,89%
Sub-repasso Recebido	60.124.904,12	59.924.101,86	0,34%	Sub-repasso Concedido	60.124.904,12	59.924.101,86	0,34%
Independentes da Execução Orçamentária	145.128.770,18	224.463.144,58	-35,34%	Repasso Devolvido	-	615.849,96	-100,00%
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	144.698.329,85	220.403.853,25	-34,35%	Independentes da Execução Orçamentária	12.084.372,34	20.450.802,94	-40,91%
Demais Transferências Recebidas	-	106.139,05	-100,00%	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	9.503.826,42	14.063.897,62	-32,42%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	430.440,33	3.953.152,28	-89,11%	Demais Transferências Concedidas	-	70.760,81	-100,00%
Aporte ao RPPS	-	-		Movimento de Saldos Patrimoniais	2.580.545,92	6.316.144,51	-59,14%
Aporte ao RGPS	-	-		Aporte ao RPPS	-	-	
				Aporte ao RGPS	-	-	
Recebimentos Extraorçamentários	219.059.409,45	251.874.853,60	-13,03%	Pagamentos Extraorçamentários	247.058.467,21	381.593.807,35	-35,26%
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	158.030.489,33	159.714.055,64	-1,05%	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	159.712.985,82	153.218.949,62	4,24%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	56.994.859,06	86.821.916,68	-34,35%	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	85.638.986,02	225.531.796,66	-62,03%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.637.085,67	2.894.784,18	-43,45%	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.693.026,42	2.843.061,07	-40,45%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.396.975,39	2.444.097,10	-1,93%	Outros Pagamentos Extraorçamentários	13.468,95	-	-
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	926,67	-100,00%	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	1.121,82	-	-
Restituições a Pagar	158.275,92	35,80	442011,51%	Demais Pagamentos	12.347,13	-	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	228,28	291,00	-21,55%				
Arrecadação de Outra Unidade	2.238.471,19	2.386.746,01	-6,21%				
Demais Recebimentos	-	56.097,62	-100,00%				
Saldo do Exercício Anterior	116.304.430,11	165.742.171,31	-29,83%	Saldo para o Exercício Seguinte	193.942.604,90	116.304.430,11	66,75%
Caixa e Equivalentes de Caixa	116.304.430,11	165.742.171,31	-29,83%	Caixa e Equivalentes de Caixa	193.942.604,90	116.304.430,11	66,75%
TOTAL	3.013.009.250,39	3.126.295.522,37	-3,62%	TOTAL	3.013.009.250,39	3.126.295.522,37	-3,62%

Fonte: SIAFI

2. NOTAS EXPLICATIVAS

De acordo com o MCASP - 9ª edição, as notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis. Contêm informações adicionais em relação às apresentadas no corpo dessas demonstrações e oferecem descrições narrativas ou segregações e aberturas de itens anteriormente divulgados, além de informações acerca de itens que não se enquadram nos critérios de reconhecimento nas Demonstrações Contábeis.

As informações contidas nas notas explicativas devem ser relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes no corpo das demonstrações contábeis.

As notas explicativas devem evidenciar, ainda, o reconhecimento de inconformidades provavelmente relevantes para a avaliação de responsabilidades “accountability”, que pode afetar a avaliação do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro. Essa evidenciação pode também influenciar as decisões sobre os recursos a serem alocados na entidade, no futuro.

As notas explicativas incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

As notas explicativas podem ser apresentadas tanto na forma descritiva como na forma de quadros analíticos, ou mesmo englobar outras demonstrações complementares necessárias para a melhor evidenciação dos resultados e da situação financeira da entidade. Devem ser apresentadas de maneira sistemática, de forma que cada item constante das demonstrações contábeis faça referência à sua respectiva informação adicional relacionada nas notas.

2.1 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS E INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

No IBGE, os requisitos de reconhecimento e mensuração de ativos e passivos estão sendo aplicados de acordo com as orientações emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, que estão em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

As principais práticas contábeis e informações adicionais às Demonstrações Contábeis estão resumidas a seguir.

2.1.1 Venda de Publicações

O IBGE realiza a fabricação e venda de publicações diversas. A Gerência de Comercialização (CDDI/GECOM) é responsável pela Loja virtual e nela podemos adquirir exemplares impressos de atlas, publicações e serviços do IBGE. Recentemente, com os avanços tecnológicos, o IBGE aderiu à nova modalidade de pagamento realizada através do sistema PagTesouro. Utilizando o PIX, o IBGE oferece aos clientes uma forma de pagamento mais ágil que o boleto via GRU, além disso, ainda há possibilidade do uso do cartão de crédito.

Registramos as transações referentes as publicações na conta contábil 11.511.01.01 – Mercadorias para venda ou revenda. Até o momento, não temos como fazer a contabilização mais adequada, que seria na conta 11.521.01.00 – Produtos Acabados, pois não realizamos a apuração completa dos processos produtivos e mensuração de custos destas publicações, dessa forma, contabilizamos em conta similar para preservar os registros destes bens.

2.1.2 Ajuste para Perdas Estimadas

Em atendimento aos princípios da oportunidade e da prudência, faz-se necessário instituir um mecanismo que devolva ao ativo a expressão real do valor contabilizado, tornando-o compatível com a situação da entidade. Para melhor evidenciação desse ativo, o procedimento adequado em termos contábeis é a constituição de uma estimativa de perda sobre os valores inscritos em Créditos Administrativos e Dívida Ativa.

O ajuste vai ao encontro das Normas Internacionais de Contabilidade, estando embasado pelo Conselho Federal de Contabilidade, que incluiu o procedimento nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

A constituição da Estimativa de Perdas é realizada conforme critério definido e publicado na Nota Técnica GECON nº 01/2021 que regulamenta as Normas sobre os Registros de Ajustes para Perdas de Créditos de Liquidação Duvidosa. A seguir a tabela utilizada para os cálculos.

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	FASE	PERÍODO DE ATRASO	PERCENTUAL APLICADO
BAIXA DIFICULDADE DE RECUPERAÇÃO	A	0-1	5
MÉDIA DIFICULDADE DE RECUPERAÇÃO	B	1-2	10
	C	2-3	25
	D	3-4	50
ALTA DIFICULDADE DE RECUPERAÇÃO	E	4-5	80

2.1.3 Bens Móveis

Os bens móveis, tais como computadores, veículos, móveis etc., são contabilizados neste grupo. O controle desses bens é feito no SDA e suas movimentações são registradas no SIAFI com base nas aquisições realizadas e nos dados fornecidos por esse sistema interno. Esse controle é feito de acordo com as novas regras da STN, permitindo o cálculo da depreciação além da reavaliação de bens móveis. Este fato proporciona maior veracidade e consistência nos dados apresentados no Patrimônio.

2.1.3.1 Depreciação, Redução a Valor Recuperável e Reavaliação

O IBGE vem aplicando os procedimentos estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, na NBC TSP 07 para depreciar, amortizar e mensurar seus ativos.

Os bens móveis adquiridos ou colocados em uso a partir de 2010 estão sendo depreciados normalmente. Já os bens móveis adquiridos antes de 2010 estão sendo depreciados

regularmente, após terem sido reavaliados pela Comissão de Reavaliação instituída pela Presidente do IBGE e seu registro efetuado devidamente em dezembro de 2015.

Seguem alguns conceitos comuns ao tema.

“Depreciação: É a redução do valor dos bens tangíveis pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

“Redução a Valor Recuperável (impairment): É a perda de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços de ativo superior ao reconhecimento sistemático da redução do valor devido à depreciação. A redução ao valor recuperável reflete, portanto, o declínio na utilidade do ativo para a entidade que o controla”.

“Valor Recuperável: É o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso”

“Reavaliação: é a adoção do valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo”.

2.1.4 Bens Bibliográficos

Os bens bibliográficos englobam os objetos e materiais bibliográficos para a formação de acervo. O registro contábil se dá a partir do Relatório de Movimento Mensal de Bens Bibliográficos, que é encaminhado às áreas contábeis.

Com a publicação da Resolução do Conselho Diretor (RCD) nº 22/2013, todas as bibliotecas do IBGE, com exceção da Biblioteca Ibegeana, da DGC e da ENCE passaram a ser consideradas como Bibliotecas Públicas, com o registro contábil na conta 12.311.99.10 – Material de Uso Duradouro (consumo). As bibliotecas Ibegeana, DGC e ENCE passaram a ser consideradas como não públicas e o registro contábil executado na conta 12.311.04.02 – Coleções e Materiais Bibliográficos (permanente).

Em 2016, a publicação da Resolução do Conselho Diretor (RCD) nº 25/2016 revogou a RCD nº 22/2013, com isso, deixamos de ter um referencial do ponto de vista patrimonial e orçamentário na classificação de bens bibliográficos. Tendo em vista a omissão deste ponto na atual norma infralegal de bens bibliográficos, permanecemos com o entendimento da norma anterior.

Estes fatos destacados acima vêm dificultando o cumprimento dos dispositivos contábeis quanto à depreciação destes bens. Os bens bibliográficos caracterizados como Imobilizado não estão sofrendo depreciação. Após análise dessa situação, foi realizado contato com a STN que, por meio da mensagem SIAFI 2021/0736147, orientou que a depreciação dos bens classificados nesse grupo fosse implementada de acordo com o conceito de biblioteca pública e não-pública. Para as bibliotecas classificadas como públicas não teremos a depreciação, já as consideradas não-públicas deverão ser depreciadas.

2.1.5 Bens Imóveis

Neste grupo são registrados os imóveis de propriedade do IBGE e os cedidos pela União, cujo aumento de valor se dá principalmente pelas obras que representam ampliação e acréscimo do imóvel, bem como pelas reavaliações efetuadas periodicamente. As inclusões, atualizações e incorporações de valores são feitas por meio do SPIUNET, sistema desenvolvido pela Secretaria de Patrimônio da União. A reavaliação dos imóveis e outros ajustes no sistema

SPIUNET ficam sob responsabilidade da Coordenação de Recursos Materiais. Os reflexos das reavaliações feitas no SPIUNET são automaticamente espelhados na contabilidade via SIAFI.

As benfeitorias realizadas em imóveis da União cedidos ao IBGE também são incorporadas ao valor destes no SPIUNET. Desde dezembro de 2014, a depreciação está sendo calculada e registrada no SIAFI pela STN. Esses cálculos são feitos diretamente na Secretaria do Patrimônio da União e informados à STN. O IBGE não tem participação no fornecimento e produção desses números.

2.1.6 Intangível – Software

Conforme é explicitado no MCASP 9ª edição, ativo intangível é “um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços”.

O ativo intangível deve ser reconhecido inicialmente ao custo, conforme exposto na NBC TSP 08 – Ativo Intangível. Após o reconhecimento inicial pelo modelo de custo o ativo intangível deve ser apresentado pelo custo, menos a amortização e a perda por redução ao valor recuperável acumuladas, segundo é indicado no MCASP - 9ª edição. Desse modo, apresentamos o conceito de amortização:

“Amortização: É a alocação sistemática do valor amortizável do ativo intangível ao longo da sua vida útil. Essa alocação é realizada para elementos patrimoniais de direitos de propriedade e bens intangíveis que tiverem a vida útil econômica limitada e têm como característica fundamental a redução do valor do bem”.

Ainda em conformidade com as normas contábeis, os ativos intangíveis devem ter sua vida útil classificada como definida ou indefinida, e isso impacta diretamente na amortização desses bens. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, enquanto os que possuem definição de vida útil devem ser amortizados.

A amortização dos bens intangíveis do IBGE foi de fato registrada a partir do segundo semestre de 2016, quando foram feitas as primeiras classificações de softwares com vida útil definida. A estimativa da vida útil econômica desses ativos foi determinada pela área de TI em função de sua utilização e obsolescência. De acordo com o item 13.1 da macrofunção SIAFI 020330, o método de amortização que deve ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional é o das quotas constantes, portanto as taxas são pro-rata.

2.1.7 Precatórios

Conforme descrito na macrofunção SIAFI 021131 – Registro de Processos Judiciais - a União, suas autarquias e demais entidades federais de caráter público criadas por lei podem vir a ser sentenciadas pelo Poder Judiciário a satisfazer obrigações, principalmente pecuniárias, em favor de terceiros.

A convocação para que essas obrigações sejam satisfeitas se dá por meio da emissão de precatórios expedidos contra a Fazenda Pública Federal, os quais deverão ser pagos pelo Presidente do Tribunal que proferir a decisão, fazendo uso de recursos orçamentários consignados diretamente ao Poder Judiciário.

Conforme orienta o item 3.1.1 da macrofunção SIAFI, o cadastro dos precatórios só poderá ser efetuado “pelas unidades gestoras da Justiça Federal, da Justiça do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça - STJ, e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDFT e outras unidades gestoras autorizadas pela Coordenação Geral de Sistema e Tecnologia de Informação da Secretaria do Tesouro Nacional - COSIS/STN.” Portanto, os registros em nossas contas de passivo não são efetuados pelo IBGE e sim pelas unidades gestoras determinadas acima.

2.1.8 Ajustes de Exercícios Anteriores

O valor contabilizado no exercício de 2021, na conta 23.711.03.00 (Ajustes de Exercícios Anteriores), é decorrente principalmente de ajustes de depreciação, registros de algumas despesas de exercícios anteriores e outros ajustes patrimoniais feitos intempestivamente.

3. DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Esta declaração refere-se às demonstrações contábeis e suas notas explicativas de 31 de dezembro de 2021 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021 e é pautada na Macrofunção 020315 – Conformidade Contábil presente no Manual SIAFI- Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal.

As demonstrações contábeis, Balanço Patrimonial, Demonstração de Variações Patrimoniais, Demonstração de Fluxo de Caixa, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e suas Notas Explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2021, estão, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Lei 4.320/64, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI, exceto quanto aos assuntos mencionados a seguir:

RESTRIÇÃO 315 - FALTA/RESTRICAO CONFORM. REGISTROS DE GESTÃO

Descrição: O IBGE passa por restrição no quadro de servidores ativos, devido à grande incidência de aposentadorias, o que reflete diretamente nas equipes, causando algumas vezes o não registro da conformidade de gestão;

Providências: O IBGE emitiu a Ordem de Serviço COF nº 03/2018, que posteriormente se tornou a IN COF nº 05/2021, que trata do registro da conformidade de gestão e atribuiu ao Ordenador de Despesa, conforme previsto na Macrofunção nº 020314, a responsabilidade pelo registro da conformidade de gestão, principalmente na ausência do titular e/ou substituto designado em portaria, o que minimiza o registro da restrição 315. Mesmo assim, como pode ser observado, algumas unidades ainda deixam de fazer o registro da conformidade.

RESTRIÇÃO 663 - SAQUE SUPERIOR AO LIMITE PERMITIDO

Descrição: Quase todas as UG's ultrapassaram em dezembro/2021 o limite permitido para saque nas aquisições por suprimento de fundos, conforme relatório emitido no Tesouro Gerencial. Somente as UG's 114601, 114615, 114629 e 114631 efetuaram saques dentro do limite de 30%.

O motivo maior desse não cumprimento está fundamentalmente relacionado com as características das atividades finalísticas do IBGE, cuja missão é realizar o levantamento das informações estatísticas e geocientíficas em um amplo e diferenciado território nacional, no qual nem sempre é possível a utilização do cartão na modalidade crédito, como, por exemplo, em áreas rurais ou com baixo nível de desenvolvimento.

Providências: O IBGE abriu o primeiro processo em 2012, nº 03000.005545/2012-42, Proposta de revisão do Decreto 6370/2008 e Portaria MP 46/2008, com vistas a solucionar o problema do IBGE de não atender o limite de 30% para utilização do cartão de pagamento do governo federal (CPGF) na modalidade de saque. Um segundo processo administrativo, nº. 03601.000347/2016-47, foi aberto contendo Ofício IBGE/PR nº. 557, encaminhado em 30/09/2015, solicitando ao MP que interceda junto às Secretarias Executivas da CGU e ao, até então, Ministério da Fazenda para adoção das providências necessárias, no sentido de excetuar do limite com saque as despesas com locomoção com transporte intermunicipal terrestre e fluvial, bem como com serviços prestados por pessoas físicas, relacionadas com o levantamento de informações estatísticas e geocientíficas, nos termos autorizados em Portaria. A partir implantação do atual Ministério da Economia/ME, o IBGE verificou junto as esferas administrativas desse ministério o andamento desse processo com o Pleito do IBGE que, na ocasião, já havia tramitado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN, e fomos informados da necessidade de confirmar a continuidade desse pleito.

No decorrer do exercício de 2021, com a mudança da presidência do órgão, estamos providenciando a atualização dessa documentação para dar encaminhamento ao Ministério reconhecendo que o Pleito ainda permanece necessário ao IBGE.

RESTRIÇÃO 736 - FALTA DE REGISTRO DE CONFORMIDADE CONTÁBIL

Descrição: O IBGE passa por restrição no quadro de servidores ativos, devido à grande incidência de aposentadorias, o que reflete diretamente nas equipes, ocasionando o não registro da conformidade contábil.

Três UG's não registraram a conformidade contábil. As UG's 114609 (PiauÍ), 114612 (Rio Grande do Norte) e 114631 (Rio de Janeiro). Atualmente, essas UG's encontram-se sem servidores estatutários aptos a realizarem essa atividade.

Providências: O IBGE está organizando o levantamento para incluir na próxima Proposta Orçamentária para 2023, concurso público para suprir as vagas existentes na Instituição.

RESTRIÇÃO 773 - TED A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA

Descrição: Os TEDs 680628 (fim da vigência 31dez14), 684912 (fim da vigência 27março17), 691891 (fim da vigência 09abr21) e 697441 (fim da vigência 31março20) estão com o prazo de vigência vencido, mas ainda não tiveram o registro de comprovação efetuado

pela UG concedente no SIAFI. Os registros contábeis no SIAFI são de responsabilidade do órgão repassador de recursos, por isso o IBGE depende das ações desses Órgãos para que a situação seja regularizada. As prestações de contas desses TEDs já foram encaminhadas para os respectivos Órgãos Repassadores, porém as contas de controle e de passivo não foram devidamente atualizadas em nosso balanço.

Sobre o único TED que somos concedentes, 698089, este também ainda não foi comprovado no SIAFI e já teve a vigência expirada. Estamos aguardando a prestação de contas ser enviada com os dados corretos, para que possamos efetuar o registro.

Providências: Para tentar regularizar essa pendência enviamos comunica SIAFI e também Ofícios para as UGs concedentes, solicitando a atualização das contas de controle e de passivo dos respectivos TEDs.

Rio de Janeiro, 31 de janeiro de 2022

Data: 31/01/2022

Vera Lúcia Ahnert dos Santos
Setorial de Contabilidade
IBGE/DE/COF/GECON
CRC-RJ: 095720-O